

MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO- CRÍTICA⁽¹⁾.

**Maianna Ferreira Sena⁽²⁾; Anna Laricy Pereira Batista⁽³⁾; Stella Maria Lima Oliveira⁽⁴⁾;
Iandra Raiane Maia Fernandes⁽⁵⁾; Allisson Carneiro Campos de Almeida⁽⁶⁾; Hudson
Walker Simão Carneiro⁽⁷⁾.**

⁽¹⁾ Trabalho desenvolvido no Programa de Iniciação Científica (PIC) da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar - FACEP;

⁽²⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Pau dos Ferros, RN; maiannasena@gmail.com;

⁽³⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Francisco Dantas, RN; annab2522@gmail.com;

⁽⁴⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Iracema, CE; ; stellarte2026@gmail.com;

⁽⁵⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Marcelino Vieira, RN; iandrapet@gmail.com;

⁽⁶⁾ Estudante; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; Iracema, CE; allisonhxp@gmail.com;

⁽⁷⁾ Professor orientador, Mestre (PLANDITES/UERN) e docente do curso de Psicologia; Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar; HUDSONWALKERPSI@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Reforma psiquiátrica; Hospitais psiquiátricos; Políticas públicas; sofrimento psíquico.

INTRODUÇÃO

Apesar de serem entendidos como atos políticos e educativos de uma sociedade, os movimentos sociais não possuem uma conceituação estabelecida. No entanto, existe uma concordância entre os estudiosos de que estas ações são organizadas coletivamente visando a transformação de um cenário social vigente (Clark, 2024). Nesse sentido, a compreensão dos movimentos sociais se dá a partir de uma análise histórica e estrutural, pois eles estão diretamente vinculados às condições sociais, econômicas e políticas de cada período histórico. Dessa forma, torna-se viável analisar a importância dessas ações coletivas para a luta antimanicomial no Brasil, visto que, as mudanças nesse cenário foram iniciadas por meio da união coletiva.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil foi introduzida em 1978, com a mobilização de trabalhadores de saúde mental, que se impuseram contra os maus tratos existentes nos hospitais psiquiátricos. Entretanto, apenas na década seguinte essa mobilização converteu-se em um movimento social organizado, conhecido como Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) (Oliveira; Padilha; Oliveira, 2011). Dessa maneira, com a criação do MTSM, iniciou-se o enfrentamento das práticas violentas e desumanas realizadas nos hospitais psiquiátricos. Além disso, também foi dado início a luta antimanicomial, a fim de garantir a

dignidade aos cidadãos que necessitavam de cuidados psiquiátricos e de uma política humanitária nas instituições de saúde mental.

Desse modo, é compreensível que essa causa se fez relevante a partir da indignação conjunta acerca da realidade das instituições de saúde da época, tendo em vista que a valorização da vida não alcançava estes locais que deveriam propiciar cuidado. Pensando nisso, o seguinte resumo tem o intuito de responder “Qual foi a importância dos movimentos sociais para a Luta Antimanicomial e para a Reforma Psiquiátrica no Brasil?”, como também o propósito de expor a importância e as contribuições dos movimentos sociais (no passado e no cenário atual) para o fim das estruturas manicomiais e demais questões políticas e organizacionais presentes na sociedade.

Este resumo tem como objetivo analisar a importância dos movimentos sociais para a Luta Antimanicomial e para a Reforma Psiquiátrica no Brasil, destacando as contribuições dessas ações coletivas na transformação das políticas de saúde mental, no enfrentamento das estruturas manicomiais e na defesa de um cuidado mais humanizado e digno para as pessoas em sofrimento psíquico. Debater essa temática é fundamental, pois permite compreender como a mobilização social contribuiu para a garantia de direitos das pessoas com transtornos mentais, além de evidenciar a importância da luta coletiva na construção de políticas públicas mais humanizadas, inclusivas e voltadas para a valorização da dignidade humana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente resumo foi produzido através de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que visa a identificação, seleção, análise e interpretação dos materiais, permitindo a construção de uma visão crítica e fundamentada sobre o tema estudado na pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003). Nesse sentido, como critérios de inclusão, consideraram-se materiais que abordam diretamente a temática proposta e que apresentam rigor científico, como os textos de Clark (2024) e de Guljor e Amarante (2018). Portanto, a análise dos dados ocorreu por meio de leitura crítica e interpretativa, buscando identificar conceitos, argumentos centrais e diferentes perspectivas teóricas a fim de estabelecer relações entre os conteúdos abordados nas obras selecionadas.

Por esse procedimento, compreende-se que o seguinte trabalho teve sua argumentação construída através de análises criteriosas, visto que, é preciso uma interpretação acerca daquilo que está sendo estudado, para obter um melhor entendimento do tema (Marconi; Lakatos, 2003). Desse modo, a pesquisa possibilitou não apenas a organização das informações, mas

também a compreensão crítica sobre o papel dos movimentos sociais na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil e no desenvolvimento da Luta Antimanicomial.

LUTA ANTIMANICOMIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

De acordo com Guljor e Amarante (2018), a luta antimanicomial não se baseia apenas na ideia de desconstruir o “paradigma manicomial” por meio do extermínio dos hospitais psiquiátricos, mas na compreensão de que os indivíduos usuários dessas instituições precisavam ser incluídos e respeitados no corpo social. Nessa perspectiva, observa-se que a luta antimanicomial ultrapassa a dimensão sanitária, configurando-se como um projeto de transformação social pautado na dignidade humana, na democracia e na inclusão social. (Honneth 2009 *apud* Guljor; Amarante, 2018).

Além disso, os movimentos sociais possuem papel essencial na formulação e garantia de políticas públicas, especialmente em contextos de retrocesso de direitos. Desse modo, analisar a luta pela reforma da saúde mental permite compreender não apenas os avanços conquistados, mas também realizar uma análise crítica dos desafios que ainda persistem, especialmente aqueles vinculados às dimensões políticas, sociais e de organização. Ademais, como esclarecem os autores, a luta antimanicomial não se limita à reorganização do sistema de saúde, mas representa uma mudança estrutural na forma como a sociedade compreende a loucura, a cidadania e a inclusão social (Guljor; Amarante, 2018).

A “crise da DINSAM” (Divisão Nacional de Saúde Mental), foi de extrema importância para evidenciar as deficiências estruturais do sistema e a recorrência de violência institucional nesses espaços destinados à saúde mental (Oliveira; Padilha; Oliveira, 2011). Nesse período, destacou-se a mobilização dos trabalhadores da saúde mental, que organizaram greves e movimentos reivindicatórios. Além disso, segundo os autores, esse processo levou à formação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que passou a articular demandas não apenas trabalhistas, mas também sociais e políticas. De forma indireta, pode-se afirmar que esse movimento ampliou sua pauta ao compreender que as questões de saúde mental estão inseridas em uma estrutura maior de desigualdades sociais (Guljor; Amarante, 2018), assim, a luta deixou de ser apenas corporativa e passou a integrar a luta por direitos e democracia com alta participação social.

A crise da DINSAM e os movimentos sociais que surgiram a partir disso, contribuíram para a exposição das denúncias de maus-tratos, negligência e condições desumanas de

atendimento, impulsionando o debate público e mobilizando profissionais, usuários e movimentos sociais para a causa antimanicomial. Com isso, as críticas ao modelo centrado nos hospitais psiquiátricos se intensificaram, ao mesmo tempo em que se ampliou a valorização de práticas mais humanizadas nos cuidados psiquiátricos.

A luta foi baseada na garantia de direitos, na reinserção social e na construção de uma atenção psicossocial mais inclusiva e comunitária. Desse modo, a partir da década de 1980, especialmente com o II Congresso de Saúde Mental em Bauru (1987), onde se consolidou o lema: “Por uma sociedade sem manicômios”, houve uma mudança significativa na luta antimanicomial, pois o movimento deixou de ser apenas técnico e passou a ser político e social (Oliveira; Padilha; Oliveira, 2011). Além do mais, aconteceu a ampliação da participação social, com a inclusão de usuários e familiares como protagonistas do movimento, o que reforçou o princípio democrático da participação popular, essencial para a efetivação de políticas públicas.

Deste modo, percebe-se que os movimentos sociais desempenham papel fundamental na construção e defesa dos direitos e no caso da luta antimanicomial, foram decisivos para denunciar violações, pressionar o Estado, formular políticas públicas e promover mudanças sociais. Dessa forma, segundo Guljor e Amarante (2018, p. 650)

Na agenda do movimento está a luta contra um modelo excludente, onde os manicômios são a representação da segregação, do poder disciplinar, da discriminação das camadas vulneráveis e dos ditos diferentes, que não se adequam ao padrão exigido pela sociedade. O fechamento destes no aspecto amplo significa uma transformação social, ou melhor, significa um processo civilizatório.

Sob essa ótica, a causa antimanicomial deve ser entendida como parte de um processo de civilização, voltado à construção de uma sociedade mais justa e democrática onde a participação coletiva é essencial. Tendo isso em vista, é possível afirmar que “saúde é democracia”, ou seja, a efetivação do direito à saúde depende da atuação ativa da sociedade e esse exercício de cidadania pode ser alcançado por meio da participação nos movimentos sociais. Portanto, para Guljor e Amarante (2018) a transformação de questões do cotidiano em temas políticos, ao relacioná-las à luta por democracia, possibilitou reunir uma base de militância, que passou a desenvolver estratégias de mobilização e a organizar formas de atuação direta. No que diz respeito a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, essa prática democrática conjunta, foi primordial para as transformações no cenário das instituições de

saúde, bem como serviu de pontapé inicial para o combate aos estigmas em torno de pacientes psiquiátricos e questões de saúde e bem estar mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, é perceptível que os movimentos sociais exercem um papel fundamental na consolidação da luta antimanicomial e na Reforma Psiquiátrica no Brasil, sobretudo por proporcionar uma discussão acerca das condições precárias vivenciadas nos hospitais psiquiátricos. Diante disso, compreendemos que essa causa além de contribuir para a reformulação dos serviços em saúde, também pode ser entendida como fator determinante, histórico, político e social no que tange os indivíduos em sofrimento psíquico e a assistência empregada a eles. Assim, pode-se compreender que os movimentos estão diretamente associados à defesa dos direitos e da dignidade humana, bem como da democracia e da inclusão social.

Por fim, é possível afirmar que a luta antimanicomial representa um processo de civilização, voltado à construção de uma sociedade mais justa e democrática, na medida em que propõe a superação de práticas excludentes e a construção de uma sociedade baseada na inclusão, no respeito à diversidade e na garantia de direitos e que os movimentos sociais foram fundamentais para as transformações desse sistema manicomial. Todavia, ainda existem desafios a serem enfrentados, sobretudo diante de possíveis retrocessos nas políticas públicas, o que continua a reforçar a necessidade da mobilização social e do compromisso coletivo com a defesa de uma saúde mental democrática, comunitária e centrada no sujeito, visto que, a organização coletiva é o ponto de partida para que existam mudanças nos padrões e estruturas de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

CLARK, Georgia Nellie. **Eu sou metamorfósica: aprendizagens de Helisleide Bomfim nos movimentos sociais de luta antimanicomial**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2024.

GULJOR, Ana Paula; AMARANTE, Paulo. Movimentos sociais e luta antimanicomial: contexto político, impasses e a agenda prioritária. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de**

humanidades, Salvador, n. 242, p. 635-656, set./dez. 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n242.p635-656>. Acesso em: 5 de maio 2026.

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de; PADILHA, Carmen Silvia; OLIVEIRA, Cleide Maria. Um breve histórico do movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil contextualizando o conceito de desinstitucionalização. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 91, p. 587-596, out./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-110420110587-pt>. Acesso em: 20 maio 2026.